



resenhas educativas //education review

editores: gustavo e. fischman gene v. glass melissa cast-brede

revista de resenhas de livros, de acceso aberto, e multilingüe

25 de agosto do 2011

ISSN 1094-5296

Martins, Ângela Maria (Org.) (2011) *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília: Liber Livro.

312 páginas

ISBN: 978-857963-029-3

Resenhas Educativas é um projeto do National Education Policy Center <http://nepc.colorado.edu>

Siga-nos em



Resenhado por Alzira Batalha Alcântara
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



Trabalhos voltados para o mapeamento e análise da produção de conhecimento de uma dada área são relativamente recentes em nosso país, embora tenham grande relevância para o caminhar das pesquisas. *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados*, organizado por Ângela Maria Martins, é uma coletânea que reúne diferentes pesquisas sobre o estado do conhecimento da administração da educação e da gestão escolar, tornando-se, portanto, leitura obrigatória para todos aqueles que refletem sobre esse tema e ensejam avançar no campo da pesquisa propriamente dita ou na área da docência. A obra é constituída por 5 artigos, além de um prefácio enriquecedor, que retratam, de forma vigorosa, a sistematização da produção científica da temática em tela abarcando o período de 2000 a 2008. Tal vigor é perceptível tanto quantitativamente quanto pelo seu potencial analítico, já que a pesquisa, por um lado, estruturou um banco de dados tendo como base um conjunto de 753 fontes documentais, percorrendo teses, dissertações, artigos publicados em periódicos científicos, como também os trabalhos publicados

nos Anais dos eventos, de âmbito nacional, realizados pela Associação Nacional de Política e

Citação: Batalha Alcântara, A. (02/08/2011) Resenha de Martins, Ângela Maria (Org.) (2011) *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília: Liber Livro. *Resenhas Educativas*, 14. Recuperado [fecha] de <http://www.edrev.info/reviews/revp80.pdf>

Administração da Educação (Anpae) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Os estudos analisados foram classificados em quatro categorias:

1) *Espaços e canais de participação intra-escolar* em que foram agrupados os trabalhos que têm como foco os diferentes órgãos colegiados, seja de professores, alunos e pais;

2) *Relações e práticas intra-escolares*, categoria na qual foram reunidos os estudos que buscam analisar “como ocorrem os processos interativos no espaço escolar, com ênfase na visão de atores sobre: a construção do Projeto Político Pedagógico, o planejamento educacional” (p.57), entre outras ações e práticas atinentes ao campo da gestão;

3) *Políticas, programas e projetos governamentais e não-governamentais*, em que foram reunidos os estudos de um vasto leque, pois essa categoria engloba desde as formas de provimento de cargo da direção; os variados programas que implicam a geração, controle e/ou descentralização de recursos; ações e/ou programas que perpassam a organização administrativa e pedagógica; formação e capacitação de gestores até “parcerias com OSCIP’s; parceria escola-empresa; voluntariado, parcerias com ONG’s” (p.58), entre outros; e

4) *Teorias e conceitos*, categoria na qual se localizam os trabalhos de “caráter argumentativo que discutem concepções de participação, autonomia, administração, modelos de gestão e da função social da escola, concepções de direção de escola” (p.59). Cabe ressaltar que as análises e as interrogações apresentadas pelos autores nos permitem identificar as contribuições, os equívocos, os limites, as lacunas, como também as tendências da produção científica recente no campo da administração e gestão educacional, passo absolutamente fundamental para se avançar na produção do conhecimento.

Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados foi prefaciada por Benno Sander, que além de destacar aspectos centrais de cada artigo, dialogou com algumas categorias-chave presentes ao longo da obra, como, por exemplo, o formalismo, manifestado no descompasso entre o arcabouço legal e a concretude da realidade. Tal fenômeno, incrustado em nossa cultura política e administrativa, sugere, segundo Sander, “um novo encaminhamento da relação entre formulação e implantação de políticas educacionais, concebendo-as como dimensões de um processo compreensivo e unitário de governo da educação e de organização e gestão” (p.11). Para tanto, novas formas de organização social no espaço escolar devem emergir, surgindo, então, a participação como conceito fundamental para a construção desse novo encaminhamento, assinala Sander.

O conhecimento no campo da gestão escolar: notas introdutórias, de Ângela Maria Martins, como o próprio título sugere, apresenta um caráter introdutório. Este artigo desempenhou um papel fundamental, pois não só informou, panoramicamente, os objetivos e interrogações centrais da obra como um todo e de cada artigo em particular, como também seduz o leitor ao fundamentar a relevância do tema em si e da própria natureza da obra. Neste sentido, Ângela apresentou, de forma sumária, alguns aportes teórico-metodológicos presentes em trabalhos de natureza similar que antecederam a obra em tela, compondo, assim, uma breve retrospectiva do Estado da Arte no campo da administração educacional e gestão escolar. Dentre outras questões, Ângela apontou que, de forma geral, a literatura da área tem privilegiado o debate sobre o arcabouço legal e suas implicações nas redes de ensino para a consecução de mecanismos democráticos na área da gestão visando “defender a ampliação da participação de pais, alunos e professores nas decisões que envolvem a elaboração de projetos pedagógicos e demais programas que possam melhorar a qualidade do ensino” (p.25). Todavia, o cumprimento legal não ocorre de forma linear. Ao contrário, percorre caminhos bem tortuosos nas trilhas burocráticas da nossa sociedade. Ademais, a voracidade das múltiplas mudanças impostas aos professores não lhes permite o tempo essencial para a reflexão necessária “sobre as mudanças propostas e (re) construir seu percurso profissional” (p.26), afirma

Ângela. Nesse quadro, a autora aponta que a análise das questões atinentes ao campo da gestão e da autonomia escolares devem ser vistos como um processo complexo, pois há distintas mediações entre o legal e sua implementação.

Na sequência da obra, Ângela Maria Martins e Vandrê Gomes da Silva apresentam uma visão geral sobre os procedimentos adotados na coleta dos dados e os critérios selecionados na classificação das fontes documentais para a obra como um todo. Assim, apontaram as fontes consultadas, os bancos de dados priorizados e respectivos filtros, como também as categorias elencadas, as quais deram suporte aos diferentes autores para o desenvolvimento da pesquisa em seus distintos matizes. Todavia, na caminhada da própria pesquisa, evidenciavam-se alguns limites e/ou problemas. Como exemplo, alguns trabalhos não disponibilizavam informações essenciais, como resumos ou palavras-chave e, por vezes, trabalhos acadêmicos, de conhecimento do grupo de pesquisadores, não constavam no Banco *on line* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Banco de dados essencial para o mapeamento das teses e dissertações, obrigando o grupo a buscar novas estratégias para dirimir suas dúvidas e possibilitar maior amplitude e solidez ao levantamento desejado. Em relação às quatro categorias geradas a partir da leitura do vasto material (teses/dissertações/anais/artigos de periódicos), Ângela e Vandrê ressaltam que, embora essas categorias sejam comuns ao conjunto dos artigos que integram a obra em questão, “os autores desenharam uma descrição pormenorizada de descritores de conteúdos de forma particular, tendo em vista a especificidade de cada fonte” (p.54).

Dentre outras observações, Ângela e Vandrê constataram que as teses e dissertações representaram, com 54%, a fonte predominante desse *Estado da Arte*; as categorias de análise predominantes foram Políticas e programas governamentais e não-governamentais e Relações e práticas intra-escolares com 43% e 41% respectivamente; as regiões sudeste (47%) e sul (24%) congregaram a maior parte dos trabalhos. Os autores também identificaram que nos estudos analisados vem crescendo o uso de metodologias de pesquisas com enfoque diversificado o que possibilita “desvendar, em parte, tanto o discurso oficial quanto o que ocorre efetivamente nas redes de ensino, no espaço escolar e nas interações dos profissionais que neles atuam” (p.65), embora predomine, pelo menos no campo das intenções, a utilização de abordagens metodológicas de caráter qualitativo. Não raro, entretanto, há incoerências entre os aspectos teórico-metodológicos anunciados e conclusões.

Em outro artigo, Ângela Maria Martins, Vandrê Gomes da Silva e Marialva Rossi Tavares analisam a produção científica discente percorrendo a temática em questão nas dissertações e teses disponíveis, exclusivamente, no meio eletrônico no período de 2000 a 2008. Para tanto, o Banco de teses *on line* da CAPES foi fundamental. Tal pesquisa resultou em 406 trabalhos catalogados. Esse vasto material possibilitou a construção de gráficos e tabelas que traduziram a produção discente sob vários ângulos, tais como: distribuição dos trabalhos por região, por ano, por dependência administrativa, por instituição de ensino, como também pelas categorias de análise. No que tange especificamente à produção discente, a categoria predominante foi “Relações e práticas intra-escolares” com 42%, seguida da categoria “Programas e projetos” com 40%. Algumas inconsistências foram identificadas, como a não correspondência entre procedimentos de coleta e metodologias utilizadas. Os autores também destacaram a pouca incidência de estudos em torno dos órgãos colegiados. Tal produção incipiente pode expressar um campo de tensão diante dos impasses existentes na política educacional e da “perplexidade dos profissionais que atuam na área frente à ausência de efetivação de mecanismos que transformem em realidade os princípios democráticos” (p.94-95), ponderaram os autores. Destacou-se também que praticamente não há trabalhos que analisem, de forma aprofundada, as repercussões das avaliações institucionais no âmbito escolar,

embora seja expressivo o número de trabalhos que tangenciam tal questão. Um tema recorrente e polêmico tem sido a avaliação feita pela Capes sobre a qualidade dos programas de pós-graduação. Indicadores homogêneos impostos pelas agências de fomento de pesquisa perpassam realidades e cursos muito diversificados, o que gera um campo de tensão quando se levam em conta as condições para implementação de pesquisas e de formação de pesquisadores, assinalam os autores.

Na seqüência da coletânea, Donaldo Bello de Souza mapeou e analisou os trabalhos publicados nos anais de eventos, de âmbito nacional, da ANPAE e da ANPED, em que foram verificados os trabalhos de 2000 a 2008. No que tange à ANPED, o foco centrou-se no Grupo de Trabalho (GT) 05: “Estado e Política Educacional”. Na maior parte dos casos, Donaldo foi obrigado a consultar os textos integralmente, tendo em vista as imprecisões e/ou lacunas de informações dos resumos, deficiência, aliás, já identificada por outros pesquisadores em trabalhos de natureza similar. Tabela e gráficos propiciaram ao leitor uma visão panorâmica dos estudos analisados, pois indicam como esses foram distribuídos nos Anais da ANPAE e ANPED; a evolução do número de trabalhos ao longo do período analisado; sua distribuição pelas diferentes regiões do país, como também pelas categorias e subcategorias que balizaram esse *Estado da Arte*. Embora os trabalhos analisados tenham se concentrado na categoria “Relações e Práticas Intra-Escolares” com 61%, esses artigos se distribuíram de forma bastante heterogênea, já que a maior parte se enquadrou em uma única subcategoria (“processos de gestão”) e a minoria se dividiu entre cinco subcategorias temáticas. Na categoria “Programas e projetos governamentais e não-governamentais” foram arrolados 26% dos trabalhos, sendo que esses se distribuíram por sete subcategorias temáticas. As demais categorias (“Espaços e canais de participação intra-escolar” e “Teorias e conceitos”) abarcaram somente 14%.

Donaldo destacou a importância de se socializar a produção dos Anais regionais com o intuito de contrabalançar a forte desigualdade regional na produção e distribuição do saber científico, repercutindo, inclusive, na prevalência de certos paradigmas e abordagens. O autor também ressaltou que os estudos analisados apontam questões que impactam os processos de gestão, a construção da autonomia e o funcionamento dos órgãos colegiados, como a descentralização da gestão, o financiamento local e a participação da comunidade. Todavia, preponderaram “abordagens não necessariamente críticas sobre a descentralização e a participação sociopolítica, pois freqüentemente (...) ocorre a associação direta entre descentralização, democracia e participação social, como se houvesse uma mútua e imediata dependência entre essas dimensões” (p.199-200). Poucos foram os estudos de cunho propositivo, prevalecendo abordagens analítico-descritivas e, em alguns casos, com reduzida problematização dos conceitos ou mesmo imprecisões categoriais, alertou o autor.

Cleiton de Oliveira e Valéria Virginia Lopes foram os autores do último capítulo e analisaram a produção de artigos em periódicos científicos nacionais sobre gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados no período de 2000 a 2008. Os artigos localizados sobre o tema apresentam uma distribuição heterogênea tanto do ponto de vista geográfico, pois 48% concentra-se na região sudeste, quanto em relação às categorias de análise, com o predomínio de “Programas e projetos” (58%). Embora a categoria “Espaços e canais de participação intra-escolar” tenha abrigado o menor número de artigos, com 7% apenas, os autores observam que se destaca, na análise dos artigos, “a convocação à democratização da gestão”, sendo pouco significativo, do ponto de vista quantitativo, os estudos que enfocam a criação de canais e mecanismos de participação das comunidades escolares. “A democracia na escola aparece como mecanismo potente de melhoria da qualidade, em tese, [mas] poucos são os registros de experiências bem sucedidas” (p.267). Cleiton e Valéria,

compartilhando com outros pesquisadores, também ressaltaram, a influência da legislação educacional nas temáticas e recortes dos estudos da área.

Em seu conjunto, portanto, a obra destaca-se não só pelo tema em si como pela sua natureza, tendo em vista a importância de obras voltadas para o *Estado da Arte*. Nas últimas décadas, por motivos díspares, a questão da gestão educacional ganhou visibilidade. Ora, de forma fetichizada, como solução meramente técnica para os graves problemas estruturais que assolam a educação, ora, de forma mais madura, pelos novos ventos políticos sinalizados na sociedade brasileira no bojo do processo de redemocratização expresso, inclusive, no princípio de gestão democrática do ensino público presente no artigo 206 da Constituição Federal, entre outros instrumentos legais. Ou seja, tal tensionamento traduz, por um lado, os consensos e arranjos construídos e, por outro, aponta os limites dessas mesmas negociações, evidenciando essas relações como um campo de distintos embates (BOURDIEU, 2003). Logo, um terreno arenoso, instável. Tratar de gestão, nesta perspectiva, exige uma contextualização cuidadosa e um olhar atento para o cruzamento de questões macro e micro, das dimensões coletivas e individuais, das instâncias política e técnica, entre outras, pois múltiplas questões perpassam a gestão educacional, o que a torna um processo complexo, como os autores, aliás, bem sinalizaram. Considerando que a edificação de uma gestão democrática, participativa, ainda é um desafio a ser construído que se encontra no rol de nossas utopias, mapear os avanços, identificar os limites, inclusive no plano teórico, é tarefa ímpar caso se deseje romper o fosso entre o anunciado e o realizado. Dentro deste quadro, a presente coletânea, ao atualizar o Estado da Arte dessa delicada temática com uma análise vigorosa tendo por base um leque muito amplo de fontes, adquire ainda maior relevância, em especial, para todos aqueles que se interessam pela política educacional.

Referências

BOURDIEU, Pierre (2003). *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva editora.

Sobre a organizadora da coletânea: Ângela Maria Martins – Possui graduação em Ciências Sociais e Políticas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980), Mestrado em Educação (Economia e Administração da Educação) pela USP (1996), doutorado em Políticas de Educação e Sistemas de Ensino, pela Unicamp (2001). Possui pós-doutoramento em Política e Administração Educacional (2009), financiado pela Capes e realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Lisboa (UL). É pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC) – Brasil – onde é vice-líder do Grupo de Pesquisa “Políticas e Práticas de Educação Básica e de Educação Profissional”, desde 1996. Foi professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos de 2002 a 2009 e, atualmente, integra o Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo como professora titular. Foi diretora da Anpae no Estado de São Paulo entre 2005 e 2006. Realiza estudos, pesquisas e ministra cursos em torno dos seguintes temas: políticas de educação e gestão de escolas; formação de professores; planejamento da educação; metodologias de pesquisa.

ange.martins@uol.com.br

Sobre a autora da resenha: Alzira Batalha Alcântara – Licenciatura plena em História, Mestrado em Educação e Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Professora da Universidade do Estado

do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) - Brasil, desde 2003.

alzirabatalha@hotmail.com

O copyright e retido por o/a autor/a quem otorga o direito da primeira publicação a
Resenhas Educativas/Education Review

<http://www.edrev.info>



Editores

Gene V Glass

glass@edrev.info

Gustavo Fischman

fischman@edrev.info

Melissa Cast-Brede

cast-brede@edrev.info
